



Anuário Antropológico

v.47 n.2 | 2022
2022/v.47 n.2

Percurso antropológico de Carla Costa Teixeira

César Barreira



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/aa/9690>

DOI: 10.4000/aa.9690

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Paginação: 67-73

ISSN: 0102-4302

Referência eletrónica

César Barreira, «Percurso antropológico de Carla Costa Teixeira», *Anuário Antropológico* [Online], v.47 n. 2 | 2022, posto online no dia 01 julho 2022, consultado o 31 julho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/aa/9690> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9690>



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC-ND 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Anuário Antropológico

v.47 n.2 | 2022

2022/v.47 n.2

Percurso antropológico de Carla Costa Teixeira

César Barreira



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/9690>

DOI: 10.4000/aa.9690

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

César Barreira, «Percurso antropológico de Carla Costa Teixeira», *Anuário Antropológico* [Online], v.47 n.2 | 2022. URL: <http://journals.openedition.org/aa/9690>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9690>



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons. Atribuição-SemDerivações-SemDerivados
CC BY-NC-ND

Percurso antropológico de Carla Costa Teixeira

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9690>

César Barreira

Universidade Federal do Ceará – Brasil

ORCID: 0000-0001-5651-9723

cbarreira08@gmail.com

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Coordenador Sênior do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Sociólogo, graduado em Ciências Sociais (UFC, 1972), fez doutorado em Sociologia (USP, 1987) e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, 1990). Suas pesquisas iniciais voltaram-se para a temática agrária (conflitos, movimentos, estado), dedicando-se nos últimos anos à compreensão dos conflitos sociais e da violência nas sociedades contemporâneas. Pesquisador do CNPq, vem desenvolvendo diálogo permanente com os antropólogos e participando dos estudos promovidos pela Antropologia da Política. Dentre as publicações destacam-se os seguintes livros: *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão*; *Crimes por encomenda – a pistolagem no cenário brasileiro*; *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Organizou, com Moacir Palmeira, o livro *Política no Brasil: visões de antropólogos*.

Esta produção de Carla Costa Teixeira, intitulada *Do mundo das mulheres à etnografia das instituições – um traçado em retrospectiva*, remete a distintas temáticas, leituras e arremates. Refiro-me à complexidade de um percurso, na perspectiva de Edgar Morin, mas, também me reporto à obstinação da autora para dissecar uma conjunção de problemas que dá os contornos de sua trajetória. A porosidade e a maleabilidade são marcas que delimitam suas vias teóricas e metodológicas. O artigo originado do memorial que narra mencionado trajeto, conforme exprime essa antropóloga e docente da UnB, é o oposto de um projeto, logrando situar a “lanterna na popa”, segundo a expressão de Campos. Em complemento, expresse a ideia de que ela também assentou a lanterna na proa. A articulista de “Participação social na Saúde indígena: a aposta contra a assimetria no Brasil” (*Amazônica – Revista de Antropologia*, 2017) relata que o *leitmotiv* das suas pesquisas tem curso na moralidade e nos valores na Política, bem assim na perspectiva da instituição configurada no Estado. Estas delimitações precisas recebem aportes em nome de um inquieto e curioso posicionamento, aliado a uma necessidade constante de incorporar outros dados insurgentes, valorizando aspectos de uma nova teia de explicações.

Carla Teixeira recorre a Schutz (1967), na sua tentativa de unir sonhos e fantasias a um projeto “[...] que implica, preparo e ações no mundo” (Teixeira 2022,12). A noção de “projeto”, de acordo com Daniel Pecaute (1990), pretende conciliar ou casar o encontro da vontade com o processo.

O fato de haver pinçado para subtítulo a dicção “um traçado” é bem significativo, sendo ele “[...] contingente, uma espécie de rascunho tracejado em meio a outros possíveis; sugere, ainda, deslocamentos incertos, desvios de rota, tentativas de vida, como se fossem esboços desenhados aos quais o sujeito confere novas formas ao longo do tempo” (ibidem).

Assim, o “traçado” do andamento profissional de investigadora dessa docente de tão preeminente crase a delineia, paulatinamente, com os deslocamentos, nem tão incertos, e com desvios de rota claramente escolhidos e esboçados, com os temas pululando, brotando em uma sequência acumulativa muito rica e instigante. O palco se abre com um estudo sobre o Movimento Feminista como modo de vida, do qual resulta sua dissertação de mestrado, tendo como orientador o saudoso professor Gilberto Cardoso Alves Velho (15.05.1945 – 14.04.2012), do Museu Nacional. O tema da Política já começava a ocupar um lugar central nas preocupações ou curiosidades científicas de Carla Teixeira. Uma óptica analítica e acurada já rondava a trilha acadêmica de uma jovem pesquisadora, direcionada para entender a maneira como as mulheres interpretam o mundo e neste se inserem, bem assim os *modi operandi*, em sua vida cotidiana, no que se relaciona a lazer, trabalhos, amizades e amores.

Se, por um lado, esses aspectos parecem não aportar nenhuma novidade, porque é conhecido e assumido o fato de que, para o ideário feminista, o pessoal é político, de outra vertente, uma investigação metódica revelou o quanto tal ideário é habilitado a ser totalizador e homogeneizante, observando-se o vetor contrário: o político traduzido para a vida pessoal sob o valor da ‘coerência’. A “coerência”

no político ou no campo da política, que vai ser trabalhada em estudos posteriores, começa a ocupar um lugar de destaque na produção universitária da escritora de matérias atinentes à Ciência de Fraz Boas e Claude Levi-Strauss e de inúmeros outros mentores desse ainda novo ramalho do saber parcialmente ordenado. Carla Teixeira ressalta que o “como assim?” dos antropólogos lhe possibilitou perceber o feminismo como um “mundo das mulheres”.

O estudo sobre o Movimento Feminista como modo de vida permitiu a configuração das principais categorias analíticas que foram aprofundadas noutros produtos da agricultura da celebrada investigadora sob comentário. Emergiram, por exemplo, as relações de poder em uma “combinação sutil” de prestígio obtido nas inserções no feminismo, bem como o conceito de “democracia representativa” no íntimo do debate da delegação representante (Bourdieu, 1989).

No doutorado, instituiu-se outro terreno de demanda acadêmica que recuperou um diálogo específico com os estudos antropológicos da Política: o Congresso Nacional. Dita senda foi impulsionada pela sua mudança para Brasília e admissão ao Programa de Doutorado em Antropologia da Universidade de Brasília, em 1991. Interessante é que Carla Teixeira conseguiu construir uma ponte entre o novo e o anterior âmbito de estudo, fazendo e recuperando a conexão entre gênero e política, investigando a chamada “bancada feminina” na Câmara Baixa do País. Ela reflete acerca de um grupamento que fora muito ativo na Assembléia Constituinte, conhecido como “lobby de baton”, mas que perdeu espaço no início dos anos de 1990. Inicialmente, a estudiosa, no Congresso Nacional, adotou comportamento prudente de esperar o que o âmbito de exame era passível de lhe oferecer, em decorrência, em parte, da “escassez de estudos antropológicos sobre este universo” (ibidem, 16). Optou, então, por dissecar o exercício da representação parlamentar nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, ressaltando que isto lhe parecia “[...] um guarda-chuva interessante para a construção de uma etnografia de sua vida institucional”. (ibidem, 16).

Em 1993, Carla Teixeira foi, de novo, conduzida a redefinir seu problema-motor de pesquisa, quando instalada a Comissão do Orçamento, conhecida como “CPI do Orçamento”. As ricas problemáticas, mais uma vez, foram ao encontro dos perspicazes pesquisadores, dando a impressão, a quase-convicção, de que elas sempre estão nos lugares e nas horas certas. Assim ela explicita:

[...] passei, então, a criar condições internas à instituição para acompanhar os trabalhos dos processos deflagrados pela CPI do Orçamento porque, se a princípio eu não estava interessada em eventos parlamentares midiáticos ou em corrupção, os parlamentares estavam e restava-me segui-los. (ibidem, 16).

Nessa carreira, foi sendo gestado o Núcleo de Antropologia da Política, em 1997, que articulou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da UFRJ, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, com temário direcionado para

reflexões sobre a Antropologia da Política. Como ressalta a produtora desse livro,

[...] o NuAP foi ambiente profícuo para trocas de experiência de pesquisa, compartilhamento de hipóteses interpretativas e, portanto, de grande aprendizado para todos que integravam essa rede que se articulava sob a coordenação de Moacir Palmeira (MN, UFRJ), Mariza Peirano (UnB) e César Barreira (UFC). (ibidem, 16).

A experiência beneficiou discussões e demandas científicas nesse Núcleo, sendo Carla uma das pesquisadoras mais atuante, contribuindo efetivamente para a consolidação dos estudos na seara da Antropologia da Política. Os experimentos relativos à categoria regimental “Decoro parlamentar” enriqueceram, sobremaneira, os debates do NuAP, tendo como pano de fundo “[...] a dimensão dos valores na política institucional deste mundo político” (ibidem, 16). Em 1998, o livro *A honra na política – decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*, que faz parte da coleção Antropologia da Política e resultado da tese de doutorado, em Antropologia, coroou a sua participação nesse ambiente. A tese de doutorado teve como orientadora a professora doutora Mariza Peirano, coordenadora do NuAP.

Nos estudos sobre o “decoro parlamentar”, emergiram várias problematizações provenientes do trabalho rural, ou seja, das pesquisas de campo. Consoante expressa a investigadora sob escólio, na

[...] distância estrutural e conexão necessária entre políticos profissionais e ocasionais residiria a possibilidade da constituição de uma honra que não se confunde com a noção moderna de dignidade. Se a dignidade moderna remete à existência de uma qualidade humana essencial (Humanidade, com maiúscula), a honra encontra o significado da realidade humana em sua singularidade e individualidade histórica (humanidades, no plural). (ibidem, 17).

Também ganhou preeminência a categoria denominada “Condição de per-tencer”, que se exibiu robusta e “[...] intrínseca à vida política moderna” (ibidem, 17), contextualizada no período de redemocratização recente. A elaboração de categorias emergem do interior da lógica dos embates respeitantes ao decoro parlamentar, em um contexto de múltiplos e diferenciados processos de cassação de mandatos. Teixeira, à cata de pontes, em seus ensaios, evidencia que, “diferentemente da política feminista estudada anteriormente, aqui estamos no mundo dos rituais democráticos, em que a expressão adequada dos valores é decisiva e não a subjetividade ou as intenções dos atores”.

Outra frente de investimento acadêmico aberta pela pesquisadora disse respeito à área de Uma Antropologia Política da Saúde. Nestes novos *loci* investigativos, foram configuradas outras frentes de pesquisa: a política de saúde e saneamento indígena e a percepção e uso da água em comunidades rurais no sertão do

Cariri cearense e do Maranhão. Têm realce, nos mencionados textos ensaísticos, a riqueza do material coletado e analisado, bem como a desafiante experiência em trabalhos interdisciplinares. A inserção nas políticas de saúde e saneamento foi viabilizada pela pesquisa “com e sobre a Funasa”. A participação na Diretoria da ABA (2000-2006) impulsionou, sobretudo, esse *locus* de procura acadêmica. Tais experiências expressam uma atitude que a autora sempre perseguiu, conectando suas investigações “[...] com o que no jargão universitário é chamado de ‘atividade de extensão’” (ibidem, 20).

Auferiram destaque, nesta renovada arena empírica, as reflexões de Carla Teixeira sobre as categorias “nojo”, “repulsa” e “repugnância”. Segundo sua expressão, elas foram elaboradas

a partir do ângulo de suas conexões físico-político-morais para avançar na compreensão do que significam politicamente ações estatais que enfatizam a falta de higiene pessoal em detrimento do saneamento do meio físico reconhecidamente precário, como nos territórios indígenas. Desta perspectiva, analisei que a repugnância está entre as emoções que se distinguem por afetar diretamente os sentidos, em particular visão, olfato e tato, tendo sua intensa fisicalidade o poder de evocar o universo das verdades biológicas indisputáveis (ibidem, 21).

Emergem, também, dessa nova frente perquisitiva reflexões sobre o conceito de “violência simbólica”. De conformidade com sua reflexão atinente a este conceito, foi sendo gestada na etnografia sobre a participação social, na saúde indígena, no período em que ela foi representante da ABA na CISI/CNS. A violência simbólica se configura na não efetivação das políticas já acordadas pelos povos indígenas, tendo como prática “[...] deixar falar, negociar e não implementar” (ibidem, 24). Esse comportamento aparece como estruturante do jogo político. Na concepção de Teixeira, a “[...] violência simbólica seria, portanto, a forma gentil e invisível que se intensifica sempre que a aplicação direta da violência física ou econômica seja sancionada negativamente pelo grupo (Bourdieu 1977, p. 191-2)”.

Elemento de relevo no caminho investigador de Teixeira é o retorno à sindicância acadêmica no Congresso Nacional, ocorrente no exato momento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Fazendo uso das reflexões realizadas sobre “decoro” nos processos de cassação de mandato parlamentar, recebeu saliência a categoria de “crime de responsabilidade”. Uma indagação terminou norteando a investigação: “[...] - quais as condições de possibilidade de produção de verdade num processo de *impeachment*?” (ibidem, 28).

Ao evidenciar a dimensão teórico-metodológica, nessa investigação, a autora ressalta que

[...] as considerações sobre o valor da antropologia e da etnografia nas quais argumentamos que este reside em sua ambição de explorar os processos que constituem e transformam mundos particulares, que dão forma,

reciprocamente, aos sujeitos, aos objetos e aos ambientes que permitem que certas coisas sejam ditas e feitas. Para tanto há que fazer o esforço de reunir fragmentos de eventos e preencher lacunas (silêncios, omissões, segredos, acusações de mentira etc.) para compreender como determinados desfechos são produzidos e que desafios colocam ao fazer antropológico – com observação participante ou não”. (ibidem, 30)

Situando a “[...] lanterna na popa em busca de atribuir sentido no passado” (ibidem, 12), bem como, em uma tentativa de recuperar o trilhar profissional da autora, conforma-se, claramente, uma trajetória estabelecida coletivamente, com diálogos e trocas junto a estudantes em situações acadêmicas, como orientações, aulas, seminários e reuniões de trabalho. As reflexões gestadas no interior dessa maneira de lidar na Academia procuram encontrar nexos, pontes e continuidades científicas. O conjunto de ações férteis de realizar pesquisa, nesse contexto, configura o que é válido designar, na ideiação de Pierre Bourdieu, como um ato social, colhendo sentido na trajetória da autora a importância do trabalho rural – isto é, as buscas de campo –, o que foi estabelecido com alçado zelo, esmerada acuidade e perita criatividade.

Posicionando a lanterna na proa desta bela e instigante embarcação, Teixeira aponta, como demandas futuras, a compreensão desse “[...] processo, que agora vem a meu ver equivocadamente sendo chamado de “pós-verdade” (citar número de página), é o desafio a que me proponho nos próximos anos, em articulação com a institucionalização do falseamento dos fatos e da mentira na política”.

Na referenciada trilha antropológica, Carla Costa Teixeira aponta para possíveis condições que permitiriam compreender o mundo. No seu sentir, é “[...] um mundo que eticamente rejeitamos, mas que historicamente integramos e ajudamos a criar” (ibidem, 30).

A jeito de remate, consigno minha satisfação em participar da leitura e explanação de uma estrada que, indubitavelmente, para regozijo dos estudiosos e júbilo da universidade brasileira, alçará ainda muitos voos.

Recebido em 05/04/2022

Aprovado para publicação em 05/04/2022 pela editora Kelly Silva

REFERÊNCIAS

Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Pecaut, D. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática.

Schutz, A. 1967. *The phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern University Press.

Teixeira, Carla C. 2022. Do mundo das mulheres à etnografia das instituições. Um traçado em retrospectiva. *Anuário Antropológico* 47,2. P.11-35.